

Coleção Teoria e História 6

Michel J. M. Thiollent

**CRÍTICA
METODOLÓGICA,
INVESTIGAÇÃO SOCIAL
& ENQUETE OPERÁRIA**

Com Textos Metodológicos de Pierre BOURDIEU,
Liliane KANDEL, Guy MICHELAT, Jacques MAÏTRE,
Raniero PANZIERI e Dario LANZARDO.

2.ª edição

editora polis
1981

O Processo de Entrevista

I. Da entrevista padronizada à entrevista não-diretiva

Queremos abordar agora diversos problemas relativos ao processo de entrevista em geral — *interviewing* — e à técnica de entrevista não-diretiva em particular. Muitas das observações, por exemplo, sobre a imposição de problemática, que foram apresentadas a respeito do questionário, também concernem às entrevistas, sobretudo quando estas são apenas o momento de aplicação de um questionário-padrão. No caso, a entrevista é dirigida: o entrevistador comunica oralmente a cada entrevistado as mesmas perguntas fechadas, livres e de escolha múltipla, e anota as respostas imediatamente dadas. Entre as limitações do questionário aplicado deste modo, são apontadas como inerentes a seu caráter fechado, a pobreza da resposta, o desconhecimento dos quadros de referência, a indução da resposta pela formulação da pergunta, etc. A problematização da situação de entrevista dirigida se limita, muitas vezes, à questão da desconfiância do entrevistado quando o entrevistador é de raça, ou aparência sociocultural diferente. A maior preocupação dos organizadores de sondagens não consiste na avaliação das sutilezas da situação de entrevista. O que importa, para eles, é a standardização e a rentabilidade da entrevista, os quais são procuradas por meio de uma definição muito rígida dos papéis do entrevistador e do entrevistado. Por exemplo, E. Noelle-Neuman, diretora de uma instituição de sondagem alemã, considera a entrevista como uma situação muito estruturada, sem a liberdade de uma conversação e onde os entrevistados devem ser submetidos à mesma formulação e à mesma ordem das perguntas. Os entrevistadores são apenas executores passivos das instruções do questionário e descarregados de toda iniciativa ou esforço intelectual. O entrevistador não pode ser pesquisador, seu treinamento lhe dá uma visão fragmentária e deve lhe permitir saber estabelecer o contato necessário para a transmissão das pergun-

tas e a coleta das respostas com a menor distorção possível.¹ Nesta concepção da entrevista, os entrevistadores são intermediários, subalternos, intertrocáveis e submetidos ao controle dos administradores de pesquisa que aplicam normas burocráticas. Tal padronização é considerada, no referencial positivista, como requisito de comparabilidade e de confiabilidade das respostas e, logo, base necessária da quantificação. Ora, o que a pesquisa ganha com isto tem contrapartida: a pobreza dos resultados ou o fechamento do discurso, antes de tê-lo aberto.

Para se superar certos dos inconvenientes e das limitações do questionário tradicional, além da incorporação de uma maior proporção de perguntas livres, diversos autores propõem uma maior abertura ou liberdade a ser alcançada pelo uso de entrevista não-dirigida, ou não-diretiva quando concebida com referência à orientação de C. Rogers.

Freqüentemente, a entrevista não-diretiva faz parte dos estudos exploratórios para preparar o questionário-padrão ou é concebida como meio de aprofundamento qualitativo da investigação. O objetivo dela pode ser, por exemplo, a descrição dos quadros de referência a partir dos quais as pessoas responderam "sim" ou "não" a perguntas fechadas do questionário. É útil indicarmos desde já que a não-diretividade, muitas vezes definida de maneira vaga, foi criticada por diversos autores tanto na área da pesquisa social quanto na da pedagogia. Nesta última, onde se define o papel do professor como sendo o de um animador que não impõe conteúdo aos alunos, a não-diretividade foi criticada por G. Snyders como sendo um tipo de demissão diante do senso comum ou como "inter-erosão" dos pontos de vista entre os interlocutores.² Na área da pesquisa, segundo a linha crítica de P. Bourdieu amplamente apresentada no capítulo anterior, a não-diretividade não constitui um remédio ao problema da impoção de problemática e traz ainda mais ilusões quando se perdem de vista as diferenças sociais que existem ao nível da capacidade de verbalização dos indivíduos. Em função das classes ou de outros elementos de diferenciação, todos os indivíduos não têm a mesma capacidade de falar, sobretudo em situação artificial na qual um interlocutor exterior ou "estranho" permanece, na maior parte do tempo, numa posição de ouvinte. Segundo P. Bourdieu, "a entrevista não-diretiva que rompe com a reciprocidade das trocas habituais (desigualmente exigível, segundo os meios sociais e situações) incita os sujeitos a produzir um *artefato* verbal que é desigualmente artificial, segundo a distância exist-

(1) Ver NOELLE, E., *op. cit.*, p. 42-6.

(2) SNYDERS, G., *Para Onde Vão as Pedagogias Não-Diretivas?*, Moraes Editores, Lisboa.

tente entre a relação com a linguagem favorecida pela classe social dos sujeitos e a relação artificial com a linguagem deles exigida".³ Além disso, segundo o mesmo autor, nas pesquisas psicológicas, a entrevista não-diretiva privilegia as pessoas de classe superior, que são acotumadas ao discurso político e a suas abstrações. Tais pessoas sabem responder politicamente a uma pergunta política, embora seja em termos polidos e neutralizados, de acordo com as "disposições dissertativas" adquiridas em escolas superiores e que permitem discursos sem referência a situações práticas.⁴ Este tipo de crítica, baseada na desigualdade e na diferença dos modos de comunicação em função das classes, por justificável que seja, não invalida necessariamente o uso de entrevista não-diretiva, na medida que o objetivo não consiste em estabelecer comparações ou "adições" dos discursos das pessoas cultas e ignorantes. Antes de tudo, trata-se de explorar o universo cultural próprio de certos indivíduos em referência às capacidades de verbalização específica do grupo ao qual pertencem, sem comparação com outros grupos.

Seja como for, o estudo da entrevista não-diretiva como instrumento de pesquisa sociológica é indispensável para podermos avaliar *a priori* seus mecanismos, possibilidades, limitações e implicações. Para isto, uma problematização é necessária. O pesquisador não pode realizar entrevistas não-diretivas na base da intuição, nem do bom senso, do tato ou da típica ingenuidade das entrevistas comuns.

Incorrer-se-ia no risco de captar o vazio da fala ordinária. A situação de entrevista, a relação entrevistador/entrevistado são personalizadas e, em função disto, deram lugar a uma abordagem mais psicológica do que sociológica. No entanto, sem perdernos de vista a dimensão psicológica, encontramos a necessidade de uma "sociologia" da situação de entrevista para uma avaliação da relevância da informação captada e suas distorções. Nesses termos, o problema é tanto sociológico quanto epistemológico, ambos os aspectos reunidos numa preocupação de metodologia das ciências sociais.

Ao nível da entrevista, técnica de pesquisa particular, é necessária uma justa avaliação da articulação do social e do psicológico. Dela dependem as respostas metodológicas a serem encaminhadas para a solução de certos problemas de interpretação sociológica. Por exemplo, já sugerimos no capítulo anterior que a avaliação da dimensão psicológica parece insatisfatória quando se explica o "autoritarismo" dos pobres como resultado da tendência psicológica que incita o entrevistado a dizer mais facilmente "sim" do que "não" na situação de entrevista onde ele se sente inferiorizado. Sem dúvida, existem

(3) *Le Métier de Sociologue*, p. 61-2.

(4) BOURDIEU, P., "Os Doxósfos", Segunda Parte, Texto 2.

muitos outros exemplos de pesquisa nos quais deveria ser questionada a interpretação sociológica em função da concepção da técnica de coleta de informação utilizada.

Examinaremos, neste capítulo, as características das entrevistas e suas possibilidades para a pesquisa sociológica à luz das abrangentes contribuições de L. Kandel, G. Michelat e J. Maître. Como veremos nelas, quando se trata de questionar o tipo de informação captada e os modos de interpretação possíveis, a discussão metodológica da técnica de entrevista não pode ignorar os problemas gerais da relação entre sociologia e psicologia.

II. *Problematização da situação de entrevista*

Liliane Kandel apresenta uma interessante reavaliação da metodologia das entrevistas utilizadas em psicologia clínica, psicologia social e sociologia para mostrar os limites da não-diretividade e propor um tipo de interrogação capaz de restituir a iniciativa aos interrogados.

A entrevistada, conduzida de modo direto ou não, não é uma técnica tão simples quanto parece ao utilizador superficial. Muitos autores a problematizam como situação de interação entre dois indivíduos na qual se manifesta um certo condicionamento das respostas e das interpretações possíveis. Por exemplo, R. Kahn e C. Cannell descreveram a interação principalmente ao nível psicológico, incluindo os aspectos emotivos e cognitivos. Na relação entrevistador/entrevistado, mostraram de que modo as características básicas (idade, educação, sexo, raça, *status*, religião) de cada um interferem na percepção, na atitude, nas expectativas e nos motivos do outro, e como essas características condicionam, de um lado, a adequação ou inadequação da resposta, e, por outro lado, os erros de condução da entrevista.⁵

Outros pesquisadores descreveram as distorções produzidas pela situação psicológica de entrevista. Os efeitos da interação entre os dois personagens não se limitam ao conteúdo explícito da fala. Também foram incorporados, à luz da metodologia da entrevista clínica, os elementos não-verbais do comportamento: silêncios, mímicas, hesitações, etc. Além disso, a influência das diferenças psicossociais entre entrevistador e entrevistado foi equacionada como condicionamento não-verbal da resposta. Esses esforços, por limitados que sejam, têm a vantagem de possibilitar a apreensão das opiniões, não como coleta de "idéias" cujo respondente seria dono uma vez por todas, mas sim como comportamento de interação com outrem. Aí, tratar-se-ia de substituir à concepção comum da pesquisa de opinião o estudo do comporta-

mento verbal e não-verbal de diversas categorias de indivíduos. L. Kandel sublinha tal aspecto positivo e o ultrapassa ao criticar a insuficiência da abordagem psicológica da situação de entrevista e ao indicar a necessidade de considerar os seus aspectos sociológicos e políticos. A autora observa a inadequação de diversos remédios propostos contra as distorções da entrevista, tal como aquele que consiste na interrogação dos pretos pelos pretos ou dos judeus pelos judeus. Superando a abordagem que relaciona os efeitos de "reforço", de condicionamento ou de distorção com as características individuais dos entrevistadores e dos entrevistados, a autora propõe uma problematização da situação de entrevista enfatizando os aspectos estruturais: a desigualdade da troca e a privatização da interrogação a serem ambas relacionadas com o quadro institucional da pesquisa.

A respeito do condicionamento da resposta e da tendência à aquiescência, L. Kandel indica que a desigualdade da troca caracteriza a situação de maneira bem mais adequada do que a simples referência a diferenças individuais, por exemplo, o aparente *status* superior do entrevistador contrastando com a humildade do entrevistado. A desigualdade é inerente a uma situação de comunicação sobre a qual o respondedor não tem controle e permanece separado da interpretação e da utilização social da informação transmitida. Em situação como esta, a não-diretividade dissimula, sob máscara de reciprocidade e de liberdade de fala, a hierarquia e a monopolização do saber (aspecto institucional).

A segunda característica básica da situação de entrevista, especialmente não-diretiva, consiste, segundo a autora, na privatização dos problemas sobre os quais as pessoas são incitadas a falar. Investigar as chamadas "atitudes profundas" se limita, frequentemente, a fazer produzir pelo entrevistado, a partir do retratamento na sua vida "privada", uma informação "familiarista". O que, em outro contexto, foi encarado como "regressão psicofamiliar" por G. Mendel.⁶ Já vimos que cada técnica é uma "teoria em atos", ao incorporar no objeto de pesquisa pressupostos que permanecem implícitos; isto é exemplificado aqui pela técnica não-diretiva, cujos pressupostos podem favorecer uma individualização regressiva — do social para o psicológico — mal adequada ao objeto da sociologia.

A entrevista não-diretiva não tem o privilégio de ir muito além do procedimento direto. No atual ambiente institucional da pesquisa dita "científica", ambas reproduzem a mesma separação entre o analista e os analisados, o mesmo monopólio do saber pelo poder, a mesma incapacidade de real articulação com as exigências dos movimentos sociais. Sem desenvolver a proposta, L. Kandel encaminha a discussão

(5) CANNELL, C. F. e KAHN, R. L., *op. cit.*, p. 194.

(6) MENDEL, G., *Sociopsychanalyse I*, Payot, Paris, 1972.

das técnicas em direção a um novo tipo de pesquisa capaz de restituir aos indivíduos ou grupos sociais implicados uma capacidade de "iniciativa" e de "controle das ações de interrogação".⁷

A crítica da desigualdade das trocas e a do monopólio da informação ao nível da técnica de pesquisa são, sem dúvida, necessários. No entanto, tal abordagem pode levar a uma ilusão: o problema não se situa apenas no uso de uma técnica particular. Não basta substituir uma técnica de entrevista por uma outra. Como aponta Barry Smart, "as ciências, através da divisão do trabalho, separação do trabalho intelectual e manual e do resultante monopólio do conhecimento, juntamente com o emprego pelos cientistas sociais de abordagens positivistas do estudo da realidade social, tornam-se outro instrumento de domínio, e não de libertação".⁸ Nesta linha, a técnica, em si própria, não é responsável, é o conjunto da prática dita "científica" e os interesses sociais que a dirigem que estão em jogo. A restituição da capacidade de iniciativa dos indivíduos dentro dos processos de pesquisa não pode ser apenas ao nível psicológico; vemos no contexto da "enquete operária" certos elementos de uma perspectiva que considera este problema de iniciativa na sua dimensão explicitamente política.

III. *Uso sociológico da entrevista não-diretiva*

O artigo de Guy Michelat propõe uma discussão sobre o uso de entrevista não-diretiva em sociologia. Sem desconhecer as críticas feitas por Liliane Kandell a este procedimento, o autor não se coloca numa perspectiva crítica. Pretende ele fundamentar a entrevista não-diretiva como instrumental para o estudo das culturas e subculturas (conjuntos de valores, normas, representações, símbolos, etc., tudo o que certos autores chamam ideologias). Os nossos comentários se baseiam na leitura do artigo reproduzido na segunda parte deste livro e na leitura dos estudos que G. Michelat publicou em colaboração com Michel Simon em 1977: *Classe, Religion et Comportement Politique*.⁹ A referida obra contém uma primeira parte que consiste numa fase de exploração sobre o tema "visão do mundo e percepção do campo político" realizada a partir de entrevistas não-diretivas de católicos e de

ateus na França. As outras partes contém resultados de sondagens de opiniões processados por diversas técnicas quantitativas, tal como a "análise hierárquica", que não são objeto da nossa atual preocupação. Tentaremos descrever a concepção da entrevista não-diretiva à luz de sua aplicação concreta.

Segundo o autor, a entrevista não-diretiva, contrariamente à entrevista dirigida, não propõe ao entrevistado uma completa estruturação do campo de investigação: "é o entrevistado que detém a atitude de exploração".¹⁰ A partir da instrução (*consigne*) transmitida pelo pesquisador, por exemplo: "Pode me dizer o que a política e os partidos políticos representam para você?", o entrevistado define como quiser o "campo a explorar" sem se submeter a uma estruturação pre-determinada.¹¹ G. Michelat enfatiza que a entrevista não-diretiva favorece a captação de uma informação mais "profunda" ou menos "censurada" do que no caso de outros procedimentos. O problema da privatização da resposta sublinhado por L. Kandell, não está colocado e é, por assim dizer, substituído por uma tese segundo a qual, "o que é de ordem afetiva é mais profundo, mais significativo e mais determinante dos comportamentos do que o que é intelectualizado".¹² A profundidade da entrevista permitida pela não-diretividade é ligada à sua capacidade de "facilitar a produção de significações fortemente carregadas de afetividade, mesmo quando se apresentam como estereótipos: o que nós procuramos pôr à luz, de fato, é a lógica subjacente às associações que, a partir da instrução inicial, irão levar o entrevistado a abordar tal ou qual tema, a voltar atrás ou progredir para outros temas".¹³

O indivíduo é considerado como portador de cultura (ou subcultura) que a entrevista não-diretiva pode explorar a partir das verbalizações, inclusive as de conteúdo afetivo. Nelas são procurados sinais de tomadas dos modelos culturais que se manifestam na vivência dos indivíduos ou grupos considerados. Os modelos culturais são progressivamente evidenciados a partir da revelação de uso de estereótipos e da influência dos grupos aos quais os indivíduos pertencem ou se referem em função da sua socialização.

A pesquisa de G. Michelat selecionou um grupo de pessoas católicas, principalmente de origem rural e um grupo de ateus, todos operários. A análise das entrevistas sobre o tema da política permitiu delinear, além dos estereótipos, dois "sistemas de representações e de

(7) KANDEL, L., "Reflexões sobre a Utilização da Entrevista. Especialmente a Não-Diretiva, e Sobre as Pesquisas de Opinião", Segunda Parte, Texto 3.

(8) SMART, B., *op. cit.*, p. 54.

(9) MICHELAT, G. e SIMON, M., *Classe, Religion et Comportement Politique*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Editions Sociales, Paris, 1977, 498 p.

(10) *Idem*, p. 7.

(11) *Idem*, p. 8.

(12) MICHELAT, G., "Sobre o Uso da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia", Segunda Parte, Texto 4.

(13) MICHELAT, G. e SIMON, M., *op. cit.*, p. 8.

implicações afetivas" cuja coerência respectiva se impôs progressivamente ao entender do pesquisador. O primeiro modelo, o dos católicos, se estruturou em torno da representação religiosa; os principais termos do discurso político correspondente são a pessoa humana, a família, os valores espirituais, a tradição, a caridade, etc. O segundo modelo, o dos operários ateus, se estrutura em torno da classe e das relações de classes; os principais termos do discurso político remetem a realidades econômicas e sociais.¹⁴

A demarcação proposta é fundamentada em referência à antropologia de E. Sapir, M. Mauss e C. Lévi-Strauss e na psicanálise de S. Freud, sem completa identificação com elas ao nível conceitual. Veremos, após a leitura dos comentários de J. Maître, que a coerência destes empréstimos pode ser questionada.

Antes de entrarmos na discussão das referências teóricas, apresentaremos de modo resumido, em três fases, a demarcação que propõe G. Michelat. (1) Escolha de um pequeno número de pessoas diversificadas representativas do assunto estudado. Não se trata de amostragem, mas sim de seleção dos indivíduos em função dos critérios do investigador. A seleção deve incluir representantes das posições as mais diversas; por exemplo, para estudar o fenômeno religioso, serão selecionadas pessoas religiosas e ateias; para problemas raciais, seriam escolhidas racistas e anti-racistas. (2) Gravação das entrevistas conduzidas sem imposição de problemática. O ponto de partida é dado pela instrução do pesquisador. No decorrer da entrevista, o entrevistador permanece numa situação de "atenção flutuante" que permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural sem questionamento forçado. (3) A análise do conjunto das entrevistas selecionadas (*corpus*) levanta as verbalizações assim como as hesitações, os silêncios, os rissos, os lapsos, etc., que são considerados reveladores de significação latente. O todo é analisado em referência aos dados básicos das pessoas: idade, sexo, profissão, religião, nível de instrução, etc. O *corpus* não é considerado como texto único. Cada entrevista é analisada para tentar encontrar os sintomas relativos ao "sistema de representações, de valorizações afetivas, de regras sociais, de códigos simbólicos interiorizados pelo indivíduo no decorrer de sua socialização e sua relação, eventualmente conflitiva, com as diversas dimensões de uma experiência atual que ele partilha com muitos outros".¹⁵ A interpretação do material é realizada por vários analistas para reduzir os riscos da subjetividade individual. Com "impregnação" obtida por várias leituras sucessivas e com "atenção flutuante", cada analista descobre e relaciona os elementos significativos que irão permitir a

construção progressiva dos modelos culturais dando conta do vivido pelas pessoas.¹⁶ As divergências de interpretação entre os analistas são progressivamente superadas sem esquema preestabelecido.

Como se vê, a técnica proposta, essencialmente qualitativa ou interpretativa, exclui os procedimentos da clássica análise de conteúdo (tais como definidos por B. Berelson, D. Cartwright ou Ph. Stone)¹⁷ que consistem em classificação e quantificação do material em função de categorias predeterminadas. A técnica de G. Michelat apresenta a vantagem de evitar, na entrevista, a predefinição das respostas pelas perguntas e, na interpretação, a incorporação forçada do conteúdo em categorias. Isto corresponde ao que J. Maître define como "estratégia de retardamento da categorização". Uma outra vantagem consiste no fato de que a técnica proposta, contrariamente à análise quantitativa de conteúdo, não admite a criticável hipótese segundo a qual a importância de um tema, ou item no *corpus* depende apenas da sua frequência.¹⁸ Todavia, subsistem os problemas da subjetividade dos analistas, de comparabilidade, confiabilidade e representatividade dos resultados. De maneira qualitativa, isto quer dizer que, muitas vezes, na base da intuição e da convicção, a construção de um modelo cultural a partir da fala dos indivíduos é submetida a um relativo consenso entre vários pesquisadores. A verificação e a exaustividade do modelo são avaliadas pela sua capacidade de dar conta de todos os elementos dos fenômenos psicossociais em jogo na fala das pessoas. Quando a construção do modelo atinge uma coerência satisfatória, é possível testá-lo por outros métodos mais formalizados e utilizá-lo como base para a elaboração de pesquisas quantitativas.

(16) O conceito de "modelo cultural", muito utilizado em antropologia, tem vários sentidos. Existe, algumas vezes, confusão entre o modelo cultural enquanto representação construída pelo pesquisador e o modelo cultural real das populações consideradas. Segundo o antropólogo Paul Bosnann, "a pior das armadilhas (...) é confundir a organização coletiva e a organização analítica" ("O 'Progresso' da Antropologia", em *Desvendando Mascaras Sociais*, Alba Z. Guimarães (org.), Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1975, p. 253). No contexto da discussão da entrevista não-diretiva que nos interessa, o modelo cultural está no plano da organização analítica. Pode ser considerado como imagem, "mapa" ou representação simplificada das representações "reais" dos indivíduos ou grupos investigados. Este tipo de "mapa" é esboçado, construído, retificado pelos analistas a partir de várias interpretações sucessivas das verbalizações colhidas por meio da entrevista não-diretiva. A construção ou evidencição de modelos culturais sempre supõe seleção de certos aspectos das representações "reais", eliminação de outros, generalização e distorções a serem controladas. Com o modelo construído, pretende-se dar conta e destacar a presença, no universo real, de certos núcleos significativos, de combinações de elementos ou de uma determinada lógica. A construção de modelos é eventualmente formalizável.

(17) Ver nota (2) do Capítulo I.

(18) Ver crítica desta hipótese em UNRUG, M.-C. de, *Analyse de Contenu*, Editions Universitaires, Paris, 1974, 270 p.

(14) *Idem*, p. 75-8.
(15) *Idem*, p. 8.

IV. *Captação de informação na interseção do social e do psicológico*

O artigo de Jacques Maître contém comentários sobre a demarcação esboçada por G. Michelat, e enfatiza, no plano epistemológico, o maior problema colocado pela utilização da entrevista não-diretiva em sociologia, que consiste na relação que se pode estabelecer entre, de um lado, as verbalizações individuais, a afetividade ou o "vivido" e, por outro lado, a cultura, as ideologias, os fenômenos sociais em geral. Este é um velho problema que existe historicamente desde os começos da sociologia e da psicologia como disciplinas com pretensão científica. Entre outras perspectivas, este problema foi classicamente abordado como problema da relação entre psicologia e sociologia por E. Durkheim e M. Mauss, e como relação entre sociologia e psicanálise por R. Bastide.¹⁹

O subtítulo do artigo de J. Maître é "Notas de Leitura", o que indica a limitação de sua pretensão e de sua coerência. O autor se refere a elementos teóricos de diversas origens cuja articulação seria, sem dúvida, bastante complicada. São citados elementos de teoria da ideologia propostos por J. Piaget, L. Althusser, W. Baranger e S. Freud para delinear uma abordagem da ideologia capaz de dar conta da interseção de dois campos: o dos processos sociais e o da subjetividade individual. A entrevista não-diretiva é considerada pelo autor como instrumento predileto de investigação dos fenômenos a serem apreendidos na interseção dos dois campos. Vamos acompanhar o caminho, seguido por J. Maître.

O autor se refere à teoria da ideologia formulada por J. Piaget em 1950 na *Introdução à Epistemologia Genética* como forma de representação sociocêntrica, isto quer dizer, centrada num sujeito coletivo determinado. O sociocentrismo é um fenômeno coletivo que corresponde ao egocentrismo bem conhecido no plano individual. (No capítulo ante-

(19) DURKHEIM, E., *As Regras do Método Sociológico*. Nacional, São Paulo; MAUSS, M., *Essais de Sociologie*, Seuil—Points, Paris, 1971; BASTIDE, R., *Sociologia e Psicanálise*, Melhoramentos/EDUSP, São Paulo, 1974. Não há espaço aqui para apresentarmos o amplo problema da relação entre sociologia e psicologia. Lembraremos apenas que, na linha objetivista de Durkheim, Mauss e Fauconnet, a sociologia deve explicar o social pelo social, isto é, rejeitar as interpretações psicologizantes. Segundo M. Mauss e P. Fauconnet: "Os sentimentos individuais, a afetividade, não explicam os hábitos ou as instituições sociais". Dando um exemplo, os autores consideram: "Os sentimentos individuais dos fiéis não explicam o sistema complexo das representações e das práticas que constituem uma religião, nem a autoridade pela qual esses modos de pensar ou agir se impõem a todos os membros da Igreja" (*Essais de Sociologie*, p. 12). Este princípio é relativo à explicação, o que não impede que, na investigação, as "consciências individuais" sejam objeto de análise para detectar nela a presença de representações coletivas que exprimem instituições ou forças sociais. (Sobre a relação entre sociologia e psicanálise, ver nota 29.)

rior, tivemos oportunidade de indicar, à luz de P. Bourdieu e J. Perleman, diversos exemplos de sociocentrismo dos pesquisadores no campo das pesquisas sociológicas.) Piaget sugere, em poucas palavras, uma analogia entre a ideologia na sua função de satisfação (sociocêntrica) das necessidades coletivas do grupo e o sonho na sua função de satisfação (egocêntrica) dos desejos individuais. Tal analogia é considerada por J. Maître como "um dos principais pivôs articulando os planos sociológico e psicanalítico a propósito da ideologia".²⁰

O objetivo metodológico consiste em poder captar a ideologia simultaneamente no "campo dos processos sociais" e no "campo dos processos subjetivos individuais". No que tange ao primeiro, a cultura ou a ideologia (o autor não parece estabelecer uma nítida distinção entre os dois conceitos) remete às representações e valores de um grupo ou classe em relação com outros grupos ou outras classes. A individualização da representação é dada, segundo a sugestão de L. Althusser, como "relação imaginária dos indivíduos a suas condições de existência" e como "efeito de interpelação" dos sujeitos por um Sujeito central (Deus, o Estado, etc.).²¹ No campo dos processos subjetivos, segundo uma sugestão de Willy Baranger, a ideologia é recebida pelos indivíduos por meio de uma série de "identificações introjetivas". A ideologia é apreendida pela decifragem dessas identificações dos indivíduos que ela manifesta. Em termos sensivelmente diferentes, a ideologia é apreendida na sua relação com o ego como um tipo de ilusão social (no sentido de S. Freud) na qual se moldam os traços da individualidade.

No processo de investigação, o objetivo da entrevista não-diretiva consiste em captar as identificações através da fala dos indivíduos, mediante a superação das censuras que nelas se manifestam. Isto permitiria uma apreensão da ideologia nas suas dimensões social e individual.

Ào nível da condução e da interpretação da entrevista, J. Maître aponta diversos obstáculos que devem ser superados. Por exemplo, a "ilusão da transparência", noção utilizada por P. Bourdieu²² para criticar os sociólogos empiricistas que confundem a explicação sociológica e os motivos verbalizados pelos entrevistados. A simples coleta dos motivos ou opiniões é, nesse caso, dada por substituto de explicação. Esta confusão é freqüente em estudos das migrações ou da marginalidade: quando é perguntado a um filho de camponês por que motivo ele

(20) MAÎTRE, J., "Sociologia da Ideologia e Entrevista Não-Diretiva", Segunda Parte, Texto 5.

(21) ALTHUSSER, L., "Os Aparelhos Ideológicos de Estado" em *Posições*, Gral, Rio de Janeiro, 1978.

(22) Sobre a "ilusão de transparência", ver: *Le Métrier de Sociologue*, p. 29-34.

quer ir embora para a cidade e a resposta é do tipo "para subir na vida", o sociólogo empiricista joga tal argumento como explicação do êxodo rural. Com a "ilusão da transparência", basta ao empiricista "traduzir" as verbalizações populares em termos mais acadêmicos. Por exemplo, "subir na vida" pode ser "traduzido" como "ascensão social" ou "conduta de mobilidade ascendente". Outros tipos de obstáculos são também apontados por J. Maître: são obstáculos de comunicação que distorcem a percepção das perguntas (ou instruções) e das respostas na relação entrevistador/entrevistado. Todos esses obstáculos remetem à problemática de P. Bourdieu abordada no capítulo anterior.

Além das medidas tomadas para superar esses obstáculos, a estratégia esboçada por J. Maître contém duas fases: operacionalização e interpretação. A operacionalização permite a passagem da teoria para a empiria por intermédio de hipóteses guiando a coleta de dados. Neste contexto, a entrevista não-diretiva, mesmo se não impõe uma estruturação rígida como no caso do questionário, apresenta necessariamente uma determinada problemática. J. Maître indica aí o limite da não-diretividade, que G. Michelat não parecia considerar, se fosse tomada ao pé-da-letra a idéia de total liberdade da entrevista, a investigação se tornaria impossível. Na segunda fase, fase de interpretação, avaliam-se os dados recolhidos para a validação das hipóteses. Ainda que seu objetivo consista na investigação da articulação do campo social e do campo psicológico, a interpretação é rigorosamente sociológica. Trata-se de relacionar entre si diversos elementos sociais ou culturais até se chegar à ordenação deles em um modelo construído. A interpretação não é psicanalítica: a situação social não é interpretada pela teoria freudiana: conflito edipiano, impulsos, etc. Para J. Maître, a referência à psicanálise se limita ao nível relacional: (a) relação entrevistador/entrevistado, com liberdade do segundo e "atenção flutuante" do primeiro; (b) relação analistas/corpus das entrevistas na qual os analistas interpretam o conteúdo a partir de uma forte "impregnação" e a manutenção da "atenção flutuante". Isto corresponderia a uma "estratégia de retardamento da categorização" enquanto alternativa à precategorização inerente aos procedimentos diretivos. Essas noções serão o ponto de partida de nossos comentários a seguir.

V. Atenção flutuante e não-diretividade

A leitura dos artigos de G. Michelat e J. Maître sugere diversos problemas teóricos que mereceriam certos esclarecimentos e aprofundamentos.

1) Nos artigos considerados, a referência à psicanálise está inserida numa discussão da entrevista não-diretiva cujo quadro teórico é geralmente associado à concepção de C. Rogers, e não à concepção

freudiana. Parecem-nos necessárias algumas considerações para evitar a justaposição de referências baseadas em conceituações diferentes. Os autores se referem à psicanálise para definirem o relacionamento entre investigador e o discurso dos investigados. Observa-se que tal referência permanece bastante vaga.

O principal aspecto considerado é a noção de "atenção flutuante", não no seu sentido estritamente psicanalítico, mas apenas como forma de flexibilidade próxima ou comparável, senão idêntica, à atitude não-diretiva. Isto nos parece revelar que os autores não problematizam com suficiente nitidez a diferença existente entre a relação freudiana e a relação rogeriana. Outros autores têm considerado que esta diferença é apenas uma questão de "nuance". Por exemplo, segundo Edgar Morin, "a entrevista não-diretiva constitui um dos ramos atenuados da conversação freudiana".²³ Este tipo de argumento não nos satisfaz. Parece-nos necessário salientar que a "atenção flutuante", ao lado da regra de "livre associação", faz parte do dispositivo analítico e é bastante diferente da "atitude não-diretiva" própria à psicologia e à pedagogia rogeriana.

Segundo a concepção analítica freudiana, a relação terapêutica envolve um mecanismo de transferência de afetos entre o analisando e o analista. Investigando as relações que existem entre a psicanálise e a perspectiva centrada no paciente, C. Rogers considerou que a transferência não constitui problema. Para ele trata-se de uma atitude afetiva de extrema dependência do paciente para com o terapeuta. É um caso limite que não é generalizável e que não caracteriza o relacionamento entre os dois.²⁴ Isto constitui uma diferença básica na apreensão da relação terapêutica.

A diferença de perspectiva é ainda mais nítida no plano metodológico ou plano da "técnica". Segundo a concepção analítica, a relação terapêutica é metodologicamente orientada por vários princípios: entre outras, a regra de dizer tudo, a regra de livre associação e a regra de atenção flutuante. As duas últimas estão no centro de nossas preocupações. A primeira recomenda ao analisando falar e a segunda recomenda ao analista ouvir e interpretar. A regra de associação livre consiste, segundo a definição de J. Laplanche e J. B. Pontalis, "em exprimir indiscriminadamente todos os pensamentos que acodem ao espírito, quer a partir de um elemento dado (palavra, número, imagem de um sonho, qualquer representação), quer de forma espontânea".²⁵

(23) MORIN, E., *op. cit.*, p. 124.

(24) ROGERS, C. R., *Terapia Centrada no Paciente*, Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1975, p. 199 e ss.

(25) LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B., *Vocabulário da Psicanálise*, Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1977, p. 71.

A regra visa a "eliminar a seleção voluntária dos pensamentos, ou seja, segundo os termos da primeira tópica freudiana, pôr fora de jogo a segunda censura (entre o consciente e o pre-consciente). Ela revela assim as defesas inconscientes, quer dizer, a ação da primeira censura (entre o pre-consciente e o inconsciente)".²⁶

Por sua vez, a atenção flutuante é "o modo como, segundo S. Freud, o analista deve escutar o analisando: não deve privilegiar *a priori* qualquer elemento do seu discurso, o que implica que deixe funcionar o mais livremente possível a sua própria atividade inconsciente e suspenda as motivações que dirigem habitualmente a atenção".²⁷

Associação livre e atenção flutuante tornam possível uma comunicação "profunda" entre o analista e o analisando, isto quer dizer, uma comunicação que esteja aquém do plano da consciência. As intervenções interpretativas do analista que ajudam o analisando a superar seus problemas não são apenas ditadas a partir do plano cognitivo, elas envolvem a afetividade recíproca e controlada pelo analista em termos de transferência e contratransferência.

Segundo a concepção rogeriana, a relação terapêutica se baseia no princípio da empatia: o terapeuta neutraliza seus afetos e se coloca no lugar do paciente para poder sentir ou compreender como ele. O aspecto principal reside no centramento no paciente. É o paciente que determina o decorrer das sessões de terapia. O terapeuta tem apenas o papel de aconselhar ou ajudar a compreensão do paciente. Existem algumas analogias entre a atitude freudiana e a atitude rogeriana: ambas são atitudes bastante "reservadas" ou "silenciosas" por parte do terapeuta para deixar maior liberdade à expressão do paciente. Mas isto é superficial. Pois, as intervenções do terapeuta são profundamente diferentes e o referencial teórico também. A diferença é indicada resumidamente por Marcel Lesne quando escreve: "a atitude analítica é essencialmente exploração e interpretação, a atitude rogeriana é essencialmente atitude de compreensão que consiste em expressar o que acontece no outro sem o interpretar".²⁸ O relacionamento de tipo rogeriano não pode ser assimilado ao relacionamento analítico. O primeiro privilegia a expressão do vivido do paciente a partir de uma focalização de suas dificuldades existenciais e que é facilitada pela empatia do terapeuta. Trata-se de uma fenomenologia bastante simples. A empatia, que permite ao terapeuta identificar-se parcialmente com o ponto de vista do paciente e compartilhar seus sentimentos, não

(26) *Idem*, p. 73.

(27) *Idem*, p. 74.

(28) LESNE, M., *Travail Pédagogique et Formation d'Adultes*, PUF, Paris, 1976, p. 69.

chega a problematizar o mecanicismo de transferência e contratransferência. O segundo tipo de relacionamento, o freudiano, privilegia a interpretação referida à teoria do inconsciente. Tal interpretação se dá na intercomunicação, onde são aplicadas as regras de associação livre e de atenção flutuante. Cada uma é relacionada com a outra: as livres associações da fala do analisando entram em relação com a flutuação de atenção do analista que escuta e interpreta.

Podemos assinalar que a aplicação da não-diretividade em pesquisa sociológica é muitas vezes truncada, ou até mesmo uma simples questão de jargão sem real efeito de centramento. Vejamos de mais perto.

Na literatura psicossociológica sobre as técnicas de pesquisa, a orientação não-diretiva é muito divulgada no que diz respeito à técnica de entrevista. Ela é entendida como flexibilização do relacionamento pesquisador/pesquisado ou como medida visando a reduzir os efeitos da imposição de problemática dos modos de investigação mais diretos. No contexto terapêutico, as expressões "orientação" ou "atitude não-diretiva" são dadas como sinônimas da expressão "perspectiva centrada no paciente". É interessante notar que em sociologia os autores favoráveis à entrevista não-diretiva, muitas vezes, evitam a referência à noção de centramento da investigação no entrevistado. Talvez seja aí uma escolha terminológica reveladora do fato de que a não-diretividade é utilizada como simples flexibilização de relacionamento parecida às medidas de "relações humanas", e não como real preocupação de centrar a investigação nos problemas relevantes enfrentados pelas pessoas entrevistadas. O centramento da investigação no entrevistado supõe que o investigador aceita, pelo menos a título provisório, os quadros de referência do seu interlocutor para juntos poderem explorar os diversos aspectos do problema em discussão ou do universo cultural questionado.

2) O segundo problema que queremos apontar é mais complexo do que o precedente. Ele envolve o tema da relação entre a psicologia e/ou a psicanálise e a sociologia.²⁹ Nos artigos estudados, os autores se

(29) A relação entre sociologia e psicanálise pode ser concebida das mais diversas maneiras, mas existem poucas garantias epistemológicas adequadas para se evitar o psicologismo. Sem apresentarmos um histórico da questão, podemos descrever vários tipos de possíveis posições que foram formuladas desde o começo do século. (a) Num primeira fase, independentemente da técnica terapêutica, os psicanalistas se interessaram principalmente na interpretação da cultura, das religiões e das sociedades primitivas. Neste contexto, foi destacada a analogia que existe entre a interpretação dos sonhos e a interpretação dos mitos. Otto Rank, por exemplo, propôs a análise dos mitos como sonhos coletivos (cf. BASTIDE, R., *op. cit.*, p. 59), mas foram apontados vários excessos psicologistas na interpretação do social. O Rank chegou a interpretar a evolução da humanidade à luz do "traumatismo do parto". O desvio psicologista é também encon-

referem à psicanálise para conceberem um tipo de relacionamento entre os pesquisadores e o discurso das pessoas entrevistadas, mas recusam o recurso da teoria freudiana para a explicação ou a interpretação da realidade social ou cultural. Tal posição supõe que haja uma separação entre a técnica analítica e a teoria analítica para poder adequar a primeira aos objetivos da investigação sociológica e manter afastada a teoria analítica do corpo da explicação ou interpretação sociológica. A posição dos autores pressupõe, igualmente, que o uso da técnica analítica possa ser útil à problematização do relacionamento pesquisador/entrevistado no contexto da investigação sociológica, independentemente do fato de que a técnica analítica tem uma finalidade terapêutica e que a investigação sociológica é em geral desprovida de toda dimensão terapêutica.³⁰

trável entre os autores da segunda fase, que veremos agora. (b) A partir dos anos 30, o interesse sociológico dos psicanalistas se transferiu para a ciência política. A maior parte da sociologia política de inspiração psicanalítica daquela época se caracterizou pela rejeição da explicação dos fatos políticos a partir de fatos econômicos e pela ênfase dada a um certo determinismo psicológico, principalmente de caráter libidinal. As formas de governo, as estruturas organizativas, os conflitos sociais seriam explicados pelo jogo de impulsos individuais, as revoltas contra o pai, etc. Certos autores chegaram a explicar a política pela necessidade de castigo das massas. W. Reich criticou este desvio psicologista como sendo inerente a uma errada concepção da relação psicanálise/sociologia. Segundo ele, "a psicanálise não pode substituir a sociologia nem sequer extrair de si própria uma teoria social" (REICH, W., "A Aplicação da Psicanálise à Investigação Social", em: *Psicanálise. Fatores Sócio-Políticos*, Ed. RES, Porto, 1976, p. 69). (c) A concepção de W. Reich restringe o uso do método psicanalítico à explicação de psiquismo humano e recusa a sua aplicação aos problemas sociológicos, mas isto não quer dizer que, para determinadas questões, a sociologia e a psicologia não possam entrar em relação. O autor escreveu: "a sociologia não pode renunciar à psicologia quando se trata de questões como, por exemplo, a chamada 'atividade subjetiva', ou a formação de ideologia" (*op. cit.*, p. 58). Este ponto de vista é da maior importância para nossas preocupações de investigação das ideologias e de diferentes formas de consciência de classe. (d) Independentemente de W. Reich, outras concepções da relação psicanálise/sociologia recusam o psicologismo, reservando à psicanálise possibilidades de aplicação ao estudo de problemas sociais tais como a família, a sexualidade, os distúrbios mentais ou certos tipos de personalidade ou de comportamento. Privilegiando a sequência sociedade → indivíduos, tal sociologia psicanalítica pode explicar diversos tipos de neurose em relação com a repressão social. De maneira geral, nesta perspectiva é possível estudar as estruturas libidinais subjacentes às estruturas sociais sem que por isso as primeiras sejam consideradas como determinantes das segundas. (e) A posição de J. Maître é diferente das precedentes, na medida que a orientação analítica é limitada ao aspecto de flexibilidade do relacionamento dos pesquisadores com o discurso das pessoas entrevistadas, sem efeito catártico e sem interpretação psicanalítica.

(30) Segundo E. Morin, a conversação freudiana "provoca processos psico-afetivos internos, notadamente a transferência, e, finalmente, esta catarse que é a cura" (*op. cit.*, p. 124). Considerando isto, a necessidade da referência à técnica psicanalítica para fins de investigação sociológica pode ser questionada. Todos os utilizadores de entrevista não-diretiva negam a finalidade terapêutica no contexto da pesquisa sociológica. O relacionamento entrevistador/entrevistado não provoca processos afetivos comparáveis ao rela-

A questão pode também ser colocada ao nível da aplicação da terapia centrada no paciente ao contexto não-terapêutico de investigação. São aspectos que deveríamos indicar para chamar a atenção do leitor, mas que não podemos tratar no quadro do presente livro.

VI. *Categorização e projeção*

Para completarmos o quadro de discussão da entrevista não-diretiva apresentado até agora, devemos comentar dois assuntos distintos que entretêm alguma relação, na medida que, em última análise, ambos dizem respeito ao problema da interferência da linguagem ou da categorização na apreensão da realidade. O primeiro assunto nos é sugerido pela noção de retardamento de categorização utilizada no artigo de J. Maître. O segundo é relacionado com as técnicas projetivas cujo objetivo é captar informação reveladora sem passar pela intermediação das categorizações ou dos jogos de linguagem socialmente acessíveis ao respondente na sua formulação de resposta.

1) A "estratégia de retardamento da categorização" proposta por J. Maître através do uso sociológico da entrevista não-diretiva exige algumas observações da nossa parte. Vimos, no Capítulo 2, que uma das principais questões relativas à falsa neutralidade das pesquisas sociológicas diz respeito à presença, em todos os níveis da investigação (da formulação de hipótese à elaboração do questionário e até à interpretação dos resultados) de uma problemática ideológica ou "socio-centrada" na posição social dos pesquisadores. Com a imposição de problemática, a técnica de investigação corre o risco de categorização antecipada, isto quer dizer, uma leitura do real por meio de categorias predeterminadas antes da observação e inadequadas à especificidade. O cientista agrupa, rotula ou interpreta de maneira "forçada" diversos elementos de observação, sem acrescentar nada ao que é já conhecido, e sem afastar os riscos de unilateralidade ou de preconceitos incluídos na problemática.

cionamento analítico. Contrariamente ao caso da situação analítica, o entrevistado não vai ao encontro do sociólogo procurar uma solução a seus problemas existenciais. É mais frequente acontecer o contrário. O sociólogo e seus colaboradores vão "capturar" os entrevistados que têm trazer alguma informação útil às necessidades empíricas de suas pesquisas; regra geral, perseguem objetivos alheios às preocupações das populações entrevistadas. Além disso, a divisão patrimonialista da pesquisa faz com que, em muitas academias, os pesquisadores se considerem "donos" das suas amostras ou de seus interlocutores populares privilegiados. Por outro lado, mesmo quando os entrevistados sentem algum alívio ou conforto ao serem escutados por alguém, isto não chega a uma dimensão catártica.

E para evitar este tipo de dificuldade que J. Maître esboçou uma "estratégia de retardamento da categorização" ao nível da técnica de entrevista. O retardamento de categorização é obtido pela não-diretividade, pela atenção flutuante do investigador e a impregnação do analista que interpreta o discurso dos entrevistados. Para sabermos em que consiste este retardamento e determinar até que momento ele vai, é necessário encararmos a categorização dentro das condições do processo de pesquisa.

Na prática da entrevista não-diretiva, o retardamento de categorização corresponde a uma tentativa de minimizar o efeito de rotulagem dos comportamentos, das opiniões, atitudes ou crenças, num primeiro momento, pelo entrevistador e, num segundo momento, pelo pesquisador principal. Não basta a captação de um sinal isolado na fala do entrevistado para que ele seja imediatamente categorizado em função das preferências arbitrárias dos pesquisadores. Por exemplo, em resposta a uma pergunta aberta, o sinal "a mulher deve apanhar de vez em quando" não basta para classificar, sem demais considerações, o sujeito na categoria dos fascistas. A liberdade de propósito que é estimulada na situação de entrevista não-diretiva deve permitir ao entrevistado a emissão do maior conjunto de sinais possível. O pesquisador está, então, em melhores condições para atribuir uma significação ao discurso captado e, eventualmente, após leituras sucessivas, dar uma satisfatória categorização de seus diversos elementos. Isto corresponde ao retardamento da categorização que sempre é relativo. Não existe critério formal para decidir a partir de que momento se ultrapassa a fase de rotulagem apressada para uma fase de categorização adequada, nem para decidir até quando a categorização pode ser retardada.

A respeito deste último aspecto, a maior sensibilidade se encontra entre sociólogos e principalmente antropólogos que pesquisam sob a influência de uma orientação metodológica própria à fenomenologia, às vezes praticada de maneira ingênua, isto é, sem conhecimento aprofundado das suas bases filosóficas. Nesta linha, o objetivo consiste em procurar, ao contato das pessoas envolvidas na situação ou no acontecimento pesquisado, um conhecimento não conceitualizado ou não categorizado que seja relativo à experiência vivida. O conhecimento é obtido no plano da intersubjetividade pesquisador/pesquisado e pretende restituir a representação ou o ponto de vista do indivíduo-ator de sua situação. Neste contexto, corre-se o risco de diluição do conhecimento na linguagem do vivido, que, sem dúvida, é simétrico ao risco de categorização "forçada" ("enlatamento" ou "rotulagem").

Para se afastar os riscos da categorização antecipada e da retardada podemos imaginar um certo tipo de controle categorial da atividade de pesquisa. Embora não exista critério formal ou definitivo para tal empreendimento, podemos delinear algumas condições mínimas de

ordem epistemológica. A primeira dessas condições supõe que o procedimento de pesquisa seja aplicado dentro de um dispositivo de questionamento (relação questionador/questionado) no qual seja trocado o máximo de informação possível e estimulada a maior proporção de informação inédita. O que elimina os procedimentos fechados. É dentro da comunicação entre os dois pólos do dispositivo e não na captação unilateral das respostas que se deve operar uma categorização progressiva e controlada. São submetidas ao controle as categorias veiculadas pelas perguntas, a interpretação delas pelos respondentes, as categorias de descrição utilizadas nas respostas. Ao nível da formulação das perguntas e da interpretação ou agrupamento dos resultados, as categorias "observacionais" devem ser relacionadas com as categorias "teóricas" das quais dependem. Essas categorias "teóricas" e "observacionais" pertencem a problemáticas ideológicas quando não são estabelecidas as rupturas epistemológicas necessárias à formação de uma problemática científica. A evidencição de todos os pressupostos relativos à problemática das categorias utilizadas na pesquisa constitui a segunda das condições que queremos evocar. Como exemplo deste tipo de controle da relação entre categoria de observação e categoria "teórica", podemos indicar, como já foi visto no Capítulo 2, a necessidade de evidenciar a relação entre a noção sociológica (marginalidade, por exemplo) e as noções das teorias pseudocientíficas ou das representações sociocentradas nas classes burguesas.

2) Embora não seja um tipo de entrevista particular, as "técnicas projetivas" utilizadas em sociologia e psicossociologia contêm certos aspectos de uma técnica analítica e de um relacionamento investigador/investigado sem dimensão terapêutica. Entre as mais conhecidas dessas técnicas, baseadas no princípio de "associação livre", destacam-se as técnicas verbais: associação de palavras e complementação de sentenças, e as técnicas pictóricas derivadas do TAT (Teste de Apercepção Temática). Desde os anos 40, nos EUA, as técnicas projetivas foram maciçamente aplicadas em estudos sobre a personalidade autoritária,³¹ sobre as atitudes racistas e em pesquisas mercadológicas sobre as imagens de marca dos produtos e as motivações dos consumidores.³² Na técnica de associação de palavras, inspirada em pesquisas de C. Jung, o sujeito recebe uma lista de palavras. Depois de cada uma delas, ele deve responder com a primeira palavra que lhe passa pela cabeça. Na técnica de complementação de sentenças, é

(31) Ver aplicação de métodos projetivos em: ADORNO, T. W., e outros, *The Authoritarian Personality*, J. Wiley, Nova Iorque, 1964, Tomo II, Parte III, p. 489-544.

(32) Ver apresentação dos métodos projetivos em: SELLITZ, C. e outros, *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*, EPU/EDUSP, São Paulo, 1974, p. 315-7.

apresentado ao entrevistado um tipo de questionário cujas perguntas são substituídas pelas primeiras palavras de uma sentença possível. O sujeito deve completar a sentença de maneira espontânea, sem refletir. (Exemplos de sentenças: "Os ricos são ..."; "O problema dos negros ...") A complementação deve revelar preconceitos, estereótipos que os indivíduos não manifestariam tão nitidamente em respostas a perguntas de formulação explícita. Nas técnicas pictóricas, o estímulo é uma imagem, ou um conjunto de desenhos em quadrinhos sem legendas que representem certas situações sociais ou individuais. O entrevistado deve dizer o que as cenas lhe sugerem ou imaginar diálogos entre as personagens das cenas representadas. Aí, poderiam ser revelados certos preconceitos ou certas ideologias do sujeito em função dos tipos raciais ou socioculturais das personagens.

No contexto da pesquisa sociológica, as técnicas projetivas são mais "assimétricas" do que as técnicas de questionário ou de entrevista comum. Pois, nestas últimas, o observado tem *parcialmente* acesso ao conhecimento das intenções do pesquisador através da compreensão das perguntas e por meio de seu raciocínio mobilizado para responder. No caso das técnicas projetivas, isto não ocorre. O observado está mantido numa situação de objeto passivo comparável à situação do rato na aparelhagem de laboratório. As técnicas de entrevististas diretas e as técnicas projetivas são ambas fundamentalmente antidialógicas: o observador não "esclarece" o raciocínio do observado e este não tem acesso às interpretações das suas respostas ou projeções. Podemos notar que o teste de associação de palavras é diferente da associação livre do verdadeiro relacionamento analítico que supõe uma interação entre a fala do analisando e as interpretações formuladas pelo analista. Tal interação é substituída pelo silêncio do pesquisador e pela submissão do pesquisado a uma ordem predeterminada. Na técnica projetiva usada em sociologia, o observador está, freqüentemente, autoconsciente de deter todo o conhecimento necessário à interpretação das projeções sem precisar submetê-la ao entendimento do observado. Ora, este princípio pode ser criticado ao considerarmos que a interpretação da projeção também é, freqüentemente, um tipo de projeção do cientista.

Dentro do quadro empirista em que se movem tais pesquisas, nada impede uma diversidade de interpretações possíveis. Por exemplo, quando a resposta projetada do indivíduo pobre revela uma certa hostilidade para com os ricos, o observador pode adotar, em função da sua visão do mundo, uma interpretação-projeção enfatizando quer o grau positivo de consciência de classe, quer o autoritarismo ou a periculosidade das classes inferiores. Para estabelecer uma relativa simetria na relação observador/observado, os pesquisadores deveriam se submeter a testes projetivos antes de aplicar esta técnica aos outros. Os preconceitos e atitudes dos indivíduos de classes ditas "inferiores" não

podem ser definidos independentemente da representação do mundo de quem está interpretando. O questionamento da projeção do observador é mais importante no campo sociológico do que no campo mais estritamente psicológico. Neste último, a interferência cultural ou ideológica, embora esteja bem presente, ocupa um lugar de segundo plano comparativamente aos mecanismos psíquicos.

* * *

Em conclusão, os problemas da categorização e da projeção encontrados na apreensão da realidade psicossocial devem ser considerados ao nível dos investigados (formulação das respostas) e ao nível dos investigadores (formulação das perguntas e interpretação das respostas). No primeiro caso, já existem muitos estudos sociolinguísticos relativos à comparação das características de categorização dos indivíduos em função da classe social a que pertencem. No segundo caso, a problematização das características de categorização e de projeção dos pesquisadores é um assunto pouco trabalhado, ou até mesmo "tabu", na medida que tal problematização não deixaria de desvendar certas máscaras das ditas ciências humanas, tais como são praticadas.

RESUMO

O questionamento das técnicas de enquête iniciado no capítulo anterior prosseguiu neste, ao nível do processo de entrevista. Na avaliação das possibilidades metodológicas da entrevista não-diretiva, enquanto instrumento de pesquisa sociológica, levamos em consideração as contribuições e reflexões de Liliane Kandel, Guy Micheli e Jacques Maître. Vimos, no processo de entrevista, a tendência à psicologização dos dados e a profunda desigualdade das trocas que caracterizam o tipo de comunicação estabelecido pela não-diretividade. Em relação à sociologia da cultura ou das ideologias, vimos como a entrevista não-diretiva pode ser utilizada para dar conta das representações populares a serem analisadas em termos de modelos culturais. Neste contexto, surgem complexos problemas epistemológicos envolvendo a relação entre sociologia e psicologia. Bem além da questão de influência do aspecto do entrevistador sobre a resposta do entrevistado (tema destacado em qualquer manual de pesquisa), problematizamos o relacionamento de investigação em perspectivas sociopsicológicas derivadas da não-diretividade rogeriana e da atenção flutuante de origem analítica, mostrando, de passagem, a necessidade de não confundir-las. Finalizamos com a questão das categorizações e projeções que operam no processo de investigação tanto do lado da verbalização dos entrevistados como do lado das intervenções dos entrevistadores e analistas da pesquisa.